## O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

# O FUTURO DO BRASIL PRECISA DE UNIÃO

O BRASIL já conhece o seu presidente e começa a conhecer a sua equipe. Não é nosso hábito, mas precisamos citar, aqui, um trecho do artigo de nosso conselheiro e colunista Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG): "Que sejam superados as desavenças e os rancores – muito disso dependerá da qualidade da equipe a ser montada. O agro precisa estar sintonizado nesse novo momento". Citando Confúcio, o colunista comenta, ainda, que "você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar aonde quer". Poucas frases podem resumir melhor o nosso momento histórico. Terminada uma campanha violenta e rancorosa, temos de pensar o Brasil de todos, sem proteções ou discriminações.

Para o agronegócio, o primeiro sinal é o dólar entre R$ 3,40 e R$ 3,70. O crédito rural já está definido, há perspectivas mais claras sobre os números da próxima safra, e a bancada ruralista apoia o novo presidente. Já os sinais para a macroeconomia são menos nítidos. A inflação não vai crescer, mas ainda não se tem clareza sobre as reformas tributária e da previdência. Também não está claro como se fará o ajuste fiscal necessário. Saberemos em breve.

No mercado de boi gordo, para 2019, a tendência é de valorização dos preços acima da inflação. A expectativa é de que o novo governo seja capaz de promover uma recuperação econômica mais efetiva, com consequente aumento do consumo de carne bovina. Além disso, a maior produção de milho e soja no Brasil e o dólar em patamares mais baixos do que os atuais aliviarão o peso dos alimentos concentrados no bolso do pecuarista.

Os resultados preliminares do último Censo Agropecuário brasileiro mostraram uma redução do número de estabelecimentos rurais e, consequentemente, um aumento na área média das propriedades. A análise do censo dos Estados Unidos mostra que o aumento da concentração de terras é uma tendência mundial, adequando-se à realidade do agronegócio atual. Os dados desse país mostram que 8,9% das propriedades cultivam 45,6% da área agricultável e respondem por 65,2% do valor da produção da agropecuária. Os ganhos de escala permitidos pela concentração de áreas tornam viável a realização de maiores investimentos em tecnologia, buscando a intensificação da produção e, consequentemente, o aumento da produtividade e da competitividade.

Outra tendência está relacionada ao aumento da demanda dos consumidores por produtos diferenciados e de qualidade, que possuem referências culturais e rastreabilidade dos territórios onde são produzidos. Nesse contexto, os países têm fortalecido estratégias para ampliar a oferta de produtos certificados, visando evitar fraudes, agregar valor e elevar o desenvolvimento rural. Uma dessas estratégias envolve a Indicação Geográfica (IG), definida como uma ferramenta de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. A legislação brasileira estabelece duas formas de definição desses atributos: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Atualmente, existem 49 IPs e onze DOs nacionais reconhecidas, relacionadas à produção de queijos, vinhos, cachaças, cafés, frutas, doces, carnes, calçados, mel, própolis, farinha, couro, algodão, pedras preciosas, artesanatos e peixes ornamentais. Ainda tramitam cerca de outras vinte solicitações de reconhecimento de alimentos, bebidas e produtos artesanais regionais.

Na linha do atendimento das exigências alimentares dos consumidores, o processo de intermediação produtiva e distribuição nos mercados atacadistas de alimentos é fundamental para articular as demandas e os interesses de um sistema agroalimentar de grandes dimensões como o brasileiro. No entanto, as Centrais de Abastecimento (CEASAs)

não conseguem sensibilizar a opinião pública e os agentes governamentais sobre a sua importância. A face mais visível do sistema de abastecimento atacadista nacional é a depreciação da infraestrutura de comercialização das CEASAs. Há um descumprimento de regras e normas de funcionamento decorrente de falhas em diretrizes e na gestão. Somente a modernização da infraestrutura logística para promover maior eficiência econômica das atividades de abastecimento não é suficiente.

Os agentes e os dirigentes dos mercados atacadistas precisam mostrar à sociedade o papel estratégico e fundamental que exercem.

O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) celebra o seu oitavo caderno em parceria com a ***Agroanalysis***. O objetivo é conscientizar o setor sobre a importância da implementação de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento econômico, com entrevistas e artigos sobre importantes temas para a pecuária. O manejo das pastagens e os movimentos de articulação e transparência da cadeia produtiva são alguns deles. A preocupação com a origem dos produtos cresce e motiva empresas e setores inteiros a reverem seus modelos e processos de produção.

Na entrevista do mês, o foco é a mudança de paradigma no processo de produção da pecuária brasileira. O novo modelo baseia-se na sustentabilidade e no acréscimo da produtividade. Em paralelo, a emissão de gases do efeito estufa (GEE) diminui e as legislações trabalhista e ambiental são respeitadas. Esta é a opinião do entrevistado Caio Penido, presidente do GTPS, com larga experiência e tradição no setor, que comenta, também, sobre a complexidade e a insegurança existentes na regularização ambiental e fundiária. Se houvesse uma formulação mais simples e fosse atingível para a grande maioria dos pecuaristas, haveria estímulo para o avanço da tecnologia no campo. ■

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES**.

**WWW.AGROANALYSIS.COM.BR**

